

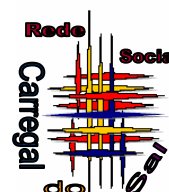
Plano de Desenvolvimento Social

Plano de Acção

Concelho de Carregal do Sal



2006



Índice

Introdução

1 - Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social	6
2 - Enquadramento dos objectivos e estratégias nos vários níveis de Planificação de âmbito Nacional, Regional e Local	11
2.1- Enquadramento dos diversos níveis de planificação nacional e regional com os eixos de intervenção	25
3 – Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Acção	27
3.1 – Primeiro Plano de Acção 2006/2007	29
3.2 - Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Acção por Eixos de Intervenção	30
Eixo 1 – Promover e aumentar a Empregabilidade e a Qualificação Profissional	30
Eixo 2 – Prevenir as Dependências	33
Eixo 3 – Criar equipamentos e alternativas de apoio à Terceira Idade e 1 ^a Infância	36
Eixo 4 – Prevenir a Gravidez na Adolescência	40
Eixo 5 – Promover o Sucesso Escolar	43
4 – Avaliação	45

Conclusão

Bibliografia

Anexos

Introdução

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) é um “ instrumento da metodologia de implementação do Programa da Rede Social em que se definem os objectivos e as estratégias, capazes de responder às necessidades e aos problemas individuais e colectivos prioritários. O PDS é o instrumento no qual se concebe e desenvolve o quadro estratégico de intervenção do desenvolvimento social concelhio considerando e gerindo as possibilidades, os recursos, mas também as fragilidades das diferentes medidas e políticas no terreno, das acções dos diversos sectores e das dinâmicas locais”. (Plano de Desenvolvimento Social – Programa Rede Social)

Desenvolvimento Social¹

A noção de Desenvolvimento Social, surgiu das críticas a modelos de desenvolvimento que valorizavam o crescimento económico e cuja promoção e planificação se fazia de “cima para baixo”. Tinha por base uma visão funcionalista de desenvolvimento no território, em que se suponha que um nível de crescimento económico, atingido por algumas regiões, seria o motor de generalização do bem-estar e da prosperidade noutras regiões.

As noções de desenvolvimento local, desenvolvimento humano, desenvolvimento comunitário e desenvolvimento social vieram pôr em causa estes modelos e trazer outras alternativas.

As bases do Desenvolvimento Social, foram definidas em torno de um conjunto de princípios e de um programa de acção que a Conferência de Copenhaga, em 1995, veio sedimentar e que Portugal também subscreveu. Foram identificadas as seguintes áreas de enquadramento:

¹ (Plano de Desenvolvimento Social – Programa Rede Social)

Áreas de Enquadramento – Desenvolvimento Social

- 1- *Colocar o ser humano no centro do desenvolvimento;*
- 2- *Assegurar a equidade entre as gerações presentes e futuras;*
- 3- *Integrar as políticas económicas, culturais e sociais;*
- 4- *Interdependência entre as esferas de actividade públicas e privadas;*
- 5- *Promover a democracia, a dignidade humana, a justiça social e a solidariedade;*
- 6- *Defender a tolerância, a não-violência, o pluralismo e a não discriminação;*
- 7- *Promover a distribuição equitativa dos rendimentos;*
- 8- *Reconhecer a família como unidade básica da sociedade;*
- 9- *Assegurar a inclusão no desenvolvimento social das pessoas e grupos desfavorecidos e vulneráveis;*
- 10- *Promover o respeito, a observância e a protecção de todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento;*
- 11- *Promover o exercício efectivo dos direitos e o cumprimento das responsabilidades;*
- 12- *Promover a igualdade e equidade entre o homem e a mulher;*
- 13- *Proteger os direitos das crianças e dos homens;*
- 14- *Promover o fortalecimento da sociedade civil;*
- 15- *Cada membro possa satisfazer as suas necessidades básicas, alcançar a dignidade pessoal, a segurança e a criatividade;*
- 16- *Defender uma gestão e administração transparentes e responsáveis;*
- 17- *Dar mais poder às mulheres, nomeadamente através da participação;*
- 18- *Possibilitar às pessoas idosas o acesso a uma vida melhor;*
- 19- *Atender às virtualidades das novas tecnologias da informação, incluindo os benefícios da utilização e acesso por pessoas em situação de pobreza;*
- 20- *Fortalecer a participação da mulher em todas as esferas da vida política, económica, social e cultural.*

Fonte: Cimeira mundial sobre o Desenvolvimento Social (1996)

O objectivo das Nações Unidas com esta iniciativa era chamar a atenção mundial para a necessidade de uma profunda alteração das políticas e comportamentos que contrariassem o ênfase excessivo no crescimento económico, a persistência da utilização desmedida dos recursos naturais e o crescimento de situações de miséria e exclusão que tinha marcado as décadas anteriores.

É com base nesses princípios/metapas que se pretende que sejam orientados os esforços do Plano de Desenvolvimento Social, tendo em conta a área de intervenção e o contexto local onde se insere.

Pilares do Desenvolvimento Social

- **Erradicação da pobreza** – Dando especial atenção às situações de pobreza extremas, incluindo a promoção do acesso aos direitos económicos, sociais, culturais e civis; a promoção do emprego, generalizando o direito ao trabalho, dirigindo esforços para a redução de desemprego, através da sensibilização do sector mercantil para o seu papel social, do desenvolvimento do mercado social de emprego, da promoção do auto-emprego e do investimento na empregabilidade.

- **Integração Social** – Entendida como a construção de uma sociedade justa, baseada na defesa dos direitos humanos, na tolerância, no respeito pela diversidade, na igualdade de oportunidades, na solidariedade, na segurança e participação social, cultural e política de todos, incluindo grupos desfavorecidos e vulneráveis; o reconhecimento da importância da família e da comunidade em matéria de integração social e o apoio à dinamização e capacitação das comunidades.

Pressupostos do Desenvolvimento Social

Os Pilares do Desenvolvimento Social assentam, em dois pressupostos:

- **Uma noção de Desenvolvimento Sustentável** que articula o desenvolvimento social com o desenvolvimento económico e a protecção do ambiente.

- **A transparência na administração em todos os sectores**, eliminando as formas de discriminação, encorajando as parcerias com organizações livres e representativas da sociedade civil e favorecendo os mecanismos de associação e participação das pessoas, sobretudo daquelas que se encontram em situação de exclusão.

1 - Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social

No Diagnóstico Social do Concelho foram identificadas as principais problemáticas e problemas que afectam a população, assim como os principais recursos disponíveis para posterior intervenção.

Na fase do Diagnóstico Social, constituíram-se grupos de trabalho para cada uma das problemáticas identificadas, sendo realizada por estes uma Análise SWOT² por cada problemática, que se traduziu no seguinte resultado:

Análise SWOT – Problemática: Empregabilidade / Qualificação Profissional

Forças (factores endógenos)	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">• Parques Industriais;• Incentivos Municipais à criação e fixação de empresas/empregos;• Centro de Emprego de Tondela;• Existência de instalações disponíveis para a dinamização de actividades ligadas à formação profissional;• ENCLAVE – Reabilitação – Emprego Protegido;• Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências;• Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar;• Escolas;• Forte dinamismo cultural, social e económico;• Os artesãos (saberes-fazer);• ADICES – Associação de Desenvolvimento de Iniciativas Culturais, Económicas e Sociais;• PETI – Plano Para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil.	<ul style="list-style-type: none">• Ausência de uma entidade promotora de formação profissional ajustável às necessidades do mercado de trabalho;• Deficiente rede de transportes;• Baixas qualificações escolares;• Desempregados com faixas etárias elevadas;• Desvalorização cultural e social das profissões tradicionais;• Falta de sensibilidade das empresas/entidades para a admissão de pessoas com deficiência;• Ausência de projectos pessoais e profissionais.
Oportunidades (factores exógenos)	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Políticas públicas de emprego (IEFP; IAPMEI; IFADAP...)• PNE – Plano Nacional de Emprego;• PORC - Programa Operacional da Região Centro;• POEFDS – Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social;• III QCA - Quadro Comunitário de Apoio;• Cursos EFA – Educação e Formação de Adultos;• PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação.	<ul style="list-style-type: none">• Desajustamento entre a procura e a oferta de emprego;• Fase final do III QCA – Quadro Comunitário de Apoio.

² A análise S.W.O.T. “ é uma técnica que tem sido muito utilizada em planeamento para o conhecimento do “ambiente” em que se vai planear (uma empresa, uma parceria, uma instituição, um concelho, etc.). As Forças e Fraquezas correspondem aos pontos positivos e negativos, referem-se à situação presente e à realidade interna do concelho, as Oportunidades e Ameaças são normalmente tendências e são geralmente exteriores à realidade do concelho.” (Plano de Desenvolvimento Social, Programa Rede Social)

Análise SWOT – Problemática: Dependências (Consumo Substâncias Psico-Activas)

Forças (factores endógenos)	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">• Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Carregal de Sal;• Centro de Saúde de Carregal do Sal;• Guarda Nacional Republicana;• IDT/UP - Instituto da Droga e Toxicoddependência – Unidade de Prevenção de Viseu;• CAT – Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Viseu;• Escolas;• IPJ – Instituto Português da Juventude;• Empresas;• Associação de Pais;• Associações Culturais, Sociais, Desportivas e Recreativas;• Câmara Municipal;• CRAC – Centro Regional de Alcoologia do Centro.	<ul style="list-style-type: none">• Famílias destruturadas;• Negligência parental;• Baixa auto-estima;• Violência Doméstica;• Iniciação precoce dos consumos;• Insucesso escolar;• Ausência de uma cultura de saúde.
Oportunidades (factores exógenos)	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Programas nacionais e comunitários.	<ul style="list-style-type: none">• Proximidade com grandes centros urbanos;• Facilidade de acesso às substâncias psico-activas;• Hábitos sociais enraizados;• Publicidade/Comunicação Social.

Análise SWOT – Problemática: Terceira Idade e 1ª Infância

Forças (factores endógenos)	Fraquezas
<p style="text-align: center;">Terceira Idade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instituições de Solidariedade Social com a valência de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Lar; • Unidade Apoio Integrado; • Unidade Vida Protegida; • Existência de espaços que podem ser utilizados para dinamização dos Centros de Dia/Noite; • Centro de Saúde; • Segurança Social; • Bombeiros Voluntários; • Cruz Vermelha; • Câmara Municipal; • Guarda Nacional Republicana; • Paróquias (organização da festa dos doentes...); • Ensino Recorrente (alfabetização de idosos...); • Riqueza de conhecimentos e experiências de vida dos idosos. <p style="text-align: center;">1ª Infância</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de determinadas Instituições em abraçar este projecto (criar equipamentos para a 1ª Infância); • Intervenção Precoce; • Câmara Municipal (Biblioteca, piscinas...); • Segurança Social; • Instituições de Solidariedade Social e outras Associações Locais. 	<p style="text-align: center;">Terceira Idade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Envelhecimento da população; • Isolamento e solidão dos idosos; • Insuficiente cobertura da valência Centro de Dia; • Ausência da valência de Centro de Noite; • Más condições de habitabilidade; • Ausência de condições mínimas de segurança; • Fraca adesão ao voluntariado. <p style="text-align: center;">1ª Infância</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de equipamentos para a 1ª Infância; • Negligência/impreparação parental.
Oportunidades (factores exógenos)	Ameaças
<p style="text-align: center;">Terceira Idade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programas Nacionais e Comunitários (Programa JVS – Programa Jovens Voluntários para a solidariedade, PAII – Programa de Apoio Integrado a Idosos...). <p style="text-align: center;">1ª Infância</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programas Nacionais e Comunitários (PAFAC – Projecto de Apoio à Família e à Criança, PAPI- Programa de Apoio à Primeira Infância...). 	<p style="text-align: center;">Terceira Idade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixa taxa de natalidade; • Sustentabilidade da Segurança Social (acordos, alargamento, reformas...); • Alteração da estrutura familiar; • Emigração e Migração; • Políticas ao nível da habitação e Segurança Social. <p style="text-align: center;">1ª Infância</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei da Protecção à Família; • Escassez de recursos/respostas de apoio à infância; • Feminização do trabalho e valorização profissional da mulher.

Análise SWOT – Problemática: Maternidade na Adolescência

Forças (factores endógenos)	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Centro de Saúde; • Escolas; • Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Carregal de Sal; • Associação de Pais; • Associação de Estudantes; • Câmara Municipal; • Segurança Social; • Hospital São Teotónio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Famílias disfuncionais; • Comportamentos de risco face à sexualidade; • Fraca adesão dos jovens nas consultas de desenvolvimento dos 13 aos 15 anos; • Fraca intervenção/articulação entre vários serviços (escola, centro de saúde, família...); • Imaturidade e desresponsabilização individual; • Abandono escolar.
Oportunidades (factores exógenos)	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Programas Nacionais (Saúde XXI; Nascer Cidadão...). 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação social e novas tecnologias de informação; • Aumento das doenças sexualmente transmissíveis.

Análise SWOT – Problemática: Abandono escolar

Forças (factores endógenos)	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • ADICES (Gabinetes de Orientação Profissional em Ambiente Escolar); • Equipa de Coordenação dos Apoios Educação de Carregal do Sal e Nelas; • Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Carregal de Sal; • Associação de Pais; • Associação de Estudantes; • Câmara Municipal (Transportes Escolares; Auxílios Económicos; Espaço Internet; Biblioteca; Bolsas de Estudo); • Segurança Social; • Conselho Municipal de Educação de Carregal do Sal; • Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar; • Centro de Saúde; • Escolas; • Centro de Formação de Professores de Carregal do Sal; • PIEF- Plano Integrado de Educação e Formação; • PETI – Plano Para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil. 	<ul style="list-style-type: none"> • Absentismo; • Falta de sinalização do abandono escolar por parte das escolas; • Desvalorização da cultura escolar por parte das famílias; • Fraca presença e participação dos pais no processo educativo dos filhos; • Elevado número de retenções; • Insuficiência de respostas de formação profissional; • Fracas expectativas dos jovens; • Atração precoce pelo mercado de trabalho.
Oportunidades (factores exógenos)	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Programas Nacionais e Comunitários (PRODEP – Programa para o Desenvolvimento Educativo em Portugal; PNAPAE – Plano Nacional de Prevenção de Abandono Escolar...). 	<ul style="list-style-type: none"> • Instabilidade do quadro de professores; • Currículos escolares desajustados; • Insuficiência de equipas multiprofissionais; • Inexistência de respostas para o abandono escolar no 2º Ciclo do Ensino Básico.

Posteriormente pelos mesmos grupos de trabalho foram identificados os problemas prioritários por problemática sendo utilizado para o efeito a Grelha de prioridades³:

Problemas Prioritários por Problemática

Problemáticas	Problemas Prioritários
• Empregabilidade/Qualificação Profissional	• Baixas qualificações escolares; • Ausência de uma entidade promotora de formação profissional ajustável às necessidades do mercado de trabalho; • Desvalorização cultural e social das profissões tradicionais.
• Dependências (Consumo Substâncias Psico-activas)	• Negligência parental; • Iniciação precoce dos consumos.
• Terceira Idade e 1ª Infância	• Isolamento e solidão dos idosos; • Inexistência de equipamentos para a 1ª Infância.
• Maternidade na Adolescência	• Comportamentos de risco face à sexualidade; • Fraca adesão dos jovens nas consultas de desenvolvimento dos 13 aos 15 anos.
• Abandono Escolar	• Absentismo; • Falta de sinalização do abandono escolar por parte das escolas; • Fraca presença e participação dos pais no processo educativo dos filhos.

Com base nos resultados obtidos no Diagnóstico Social do Concelho, no PDS foram definidos os objectivos e as estratégias de intervenção com o objectivo de dar resposta às problemáticas e aos problemas assinalados como prioritários, assim como o estabelecimento das respectivas parcerias. A definição das problemáticas e problemas prioritários, possibilitaram a estipulação dos principais eixos de intervenção que vão delinear as linhas orientadoras do Plano de Desenvolvimento Social:

- Eixo 1 – Promover e aumentar a Empregabilidade e a Qualificação Profissional;
- Eixo 2 – Prevenir as Dependências;
- Eixo 3 – Criar equipamentos e alternativas de apoio à Terceira Idade e 1ª Infância;
- Eixo 4 – Prevenir a Gravidez na Adolescência;
- Eixo 5 – Promover o Sucesso Escolar.

³ A **grelha de análise de prioridades** é um método que consiste em analisar todos os problemas que constituem cada problemática, tendo em conta a sua gravidade e dificuldade de resolução. Serão prioridades de intervenção, os problemas que tenham o mais alto grau de gravidade e uma menor dificuldade de resolução.

2 - Enquadramento dos objectivos e estratégias nos vários níveis de Planificação de âmbito Nacional, Regional e Local

O PDS deverá permitir a articulação dos objectivos e estratégias locais com o que é definido nos planos nacionais, regionais e locais, de forma a rentabilizar recursos.

Uma das dificuldades com que nos estamos a deparar, é o fim do III Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006. O que em termos de possíveis candidaturas a determinados programas e projectos nos condiciona bastante.

No PDS deveria também existir a articulação com o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), mas o último decorreu de 2003-2005, tendo terminado, sendo-nos por este motivo impossível fazer tal articulação.

Devido a alguns destes constrangimentos, não poderemos realizar determinadas acções que gostaríamos, mas como todos estes documentos são passíveis de alterações e melhoramentos a qualquer momento, poderá ser reformulado mais tarde.

Nível Nacional:

- Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar (PNAPAE)

O Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar (PNAPAE) foi apresentado como um esforço colectivo para prevenir o abandono escolar, isto é prevenir a saída da Escola e do sistema de Formação Profissional ou dos sistemas de educação e de formação, dos jovens com menos de 25 anos, sem conclusão de estudos ou sem obtenção de qualificação de nível secundário ou equivalente.

Meta/Objectivo: Reduzir para menos de metade as taxas de abandono escolar e de saída precoce até 2010, tomando como referência os valores inventariados para o ano de 2001.

Propostas/Recomendações:

1 – Integrar na Escola; Apoiar o Desenvolvimento e Promover o Sucesso:

- Generalização da Educação Pré-Escolar (3-5 anos);
- Qualidade das instalações, da alimentação, da saúde, dos transportes e da acção social nas escolas;
- Informação, detecção e sinalização dos alunos em risco de abandono escolar;
- Criar a figura do tutor escolar, um professor que se especializará na identificação e acompanhamento das crianças em risco;
- Articulação PETI (Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil) – CASE (Centro de Apoio Social Escolar);
- Formação de Professores, centrado nas temáticas da avaliação dinâmica de alunos para a detecção precoce dos casos de risco, do abandono escolar, da educação para o risco e da gestão comportamental da sala de aula;
- Sinalizar, acompanhar e apoiar os alunos com dificuldade e insucesso na Língua portuguesa e em Matemática, de forma a estruturar programas específicos de complemento educativo;
 - Dimensão Social da Aprendizagem;
 - Transição de Ciclo de Estudos;
 - Programa Depois das Aulas (Actividades Extra-Curriculares);
 - Desporto Escolar;
 - Formação Pessoal e Social;
 - Programa Pais na Escola (Envolvimento dos Pais e das famílias na Escola);
 - Certificados Parcelares de Competências (Programas alternativos de formação em áreas como por exemplo, as Tecnologias de Informação e Comunicação);
 - Avaliação das Escolas.

2 – Atribuir um Sentido de Utilidade e de Vocação à Escola:

- Reforçar a articulação Ministério da Educação - Ministério da Segurança Social e do Trabalho, em particular na educação e formação de Jovens;
- Mais Ensino Profissional e Mais Ensino Tecnológico;
- Rede EDUTECH (Constituição duma rede nacional de 15 a 20 escolas públicas de referência, identificadas por projectos inovadores de educação-formação);
- Mais oferta de Cursos Profissionalmente Qualificantes de Nível II;

- Centro RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências);
- Certificação de Competências com equivalência ao Ensino Secundário;
- Retorno à Educação-Formação dos jovens com habilitações correspondentes a anos incompletos de final de Ciclo de Estudos;
- Informação Profissional;
- Orientação Vocacional;
- Visitas de Estudo a Empresas, Estágios de Observação de Contextos de Trabalho e Sensibilização para o Empreendedorismo.

3 – Valorizar Socialmente a Escola e a escolaridade de doze anos – uma Escola e uma escolaridade úteis, integradoras e com sentido vocacional, capazes de criarem uma cultura de Aprendizagem ao Longo da Vida:

- Promoção da Escola e da Escolaridade de 12 anos;
- Valorização do Ensino Profissionalizante;
- Sensibilização e Responsabilização dos Pais e das Famílias para o Cumprimento da Escolaridade Obrigatória;
- Sensibilização e Responsabilidade dos Empregadores para a não contratação de menores e para a qualificação dos seus trabalhadores;
- Cláusula de Formação.

4 – Apoiar uma política de articulação inter-ministerial alargada, global e local, e de envolvimento da sociedade para a prevenção do abandono escolar:

- Política Global de articulação para a prevenção do abandono escolar;
- Política Local de articulação para a prevenção do abandono escolar;
- Conselhos Municipais de Educação;
- Envolvimento da Sociedade;
- Definição de Recomendações e Follow-up do PNAPAE (Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar).

- Plano Nacional de Saúde

Orientações Estratégicas para 2004-2010

Promoção de comportamentos e estilos de vida saudáveis

Intervenções necessárias e objectivos estratégicos

- Reforçar acções de promoção da saúde

- O funcionamento pleno dos Centros Regionais de Saúde Pública, em articulação com as outras unidades dos Centros de Saúde e estruturas locais pertinentes – autarquias, escolas, empresas e ONG (Organizações Não Governamentais) – dará um novo impulso à promoção da saúde. Destacam-se, particularmente, as actividades no âmbito da saúde escolar e materno-infantil. Serão de dinamizar as equipas de EPS dos Centros de Saúde e constituir outras equipas multidisciplinares móveis para as escolas e outros locais índex.

- Será prioridade nas consultas com profissionais de saúde identificar oportunidades para corrigir estilos de vida pouco saudáveis, como o consumo excessivo de álcool, o tabagismo e os hábitos alimentares inadequados.

- Prevenir o consumo do tabaco nos jovens e promover o abandono do tabagismo entre fumadores

- Continuar-se-á a investir na prevenção da iniciação tabágica nos jovens, particularmente do sexo feminino. Está previsto o apoio à OMS (Organização Mundial de Saúde) quanto ao IV Plano para uma Europa sem Tabaco.

- Reforçar-se-á a intervenção em matéria de desabitação tabágica visto que esta representa a única via para uma diminuição da mortalidade e morbidade nos próximos 10 a 15 anos. Para tal, desenvolver-se-ão acções de formação de profissionais de saúde para a cessação tabágica, com vista a promover o desenvolvimento das consultas disponíveis para a população em geral e para as pessoas com doenças associadas ao consumo de tabaco, em particular.

- Fomentar-se-á e dar-se-á maior apoio ao recurso a novas tecnologias de informação quer através de linhas telefónicas de informação, apoio e aconselhamento, em desabitação tabágica, quer através de portais específicos.

- Reforçar-se-ão os mecanismos, legislativos e outros para protecção dos não fumadores.

- Os serviços de saúde detêm uma particular responsabilidade nestes domínios, e assumirão um papel mais interveniente, de forma a melhorar a capacidade de controlar as condições de fabrico, comercialização e venda de produtos de tabaco. Impõe-se, também, uma revisão da legislação de protecção dos não fumadores nos locais de trabalho e nas escolas, o apoio técnico para a Convenção-Quadro para o Controlo do Tabaco da OMS, o apoio técnico para a Directiva Comunitária sobre condições de fabrico e venda de produtos de tabaco e apoio técnico para a Directiva Comunitária sobre publicidade.

- Prevenir o consumo excessivo de álcool

- O elevado nível de consumo de álcool em Portugal, embora as tendências de consumo (tendo por base o WDT – world drink trends) pareçam ser favoráveis à sua redução, é indicador do longo caminho que ainda há a percorrer. O que se torna claro é que o consumo *per capita* de álcool em Portugal deve diminuir. Nesse sentido, serão apoiadas iniciativas para a efectivação das intervenções contempladas no Plano de Acção Contra o Alcoolismo, nomeadamente: a educação para a saúde, objectiva e persistente, sobre os riscos das bebidas alcoólicas nos vários grupos populacionais; a disponibilização de respostas terapêuticas descentralizadas e eficazes para os bebedores excessivos e as restrições à publicidade.

- As mudanças para padrões de consumo menos saudáveis e de maior risco, nomeadamente o aumento do número de bebidas ingeridas por ocasião, do consumo de shots, designer drinks e de bebidas de elevada graduação alcoólica, a associação a drogas ilícitas e o aumento de consumo em determinadas regiões do país e, por fim, o aumento do consumo entre o sexo feminino, devem ser contrariadas. Nesse sentido, as intervenções consideradas úteis seguirão a perspectiva “Desenvolver e apoiar programas de promoção e educação para a saúde na área da alcoologia, que incluam o desenvolvimento de campanhas de informação pública, abordagem nos currículos escolares e acções de sensibilização e de formação para grupos específicos que chamem a atenção para os riscos do consumo excessivo, inoportuno ou inconveniente de bebidas alcoólicas.

- Será realizado um inquérito aos clínicos gerais, para avaliar a prevalência de consumo excessivo dos utentes e as competências profissionais para lidar com esses utentes.

- Será também apoiado o desenvolvimento de um programa estruturado de formação de profissionais dos cuidados de saúde primários, em abordagens breves e outras reconhecidamente eficazes, para consumidores excessivos de bebidas alcoólicas.

- Será dada prioridade a iniciativas de concertação das acções de prevenção e controlo dos problemas ligados ao álcool, tendo por base os Centros Regionais de Alcoologia.

- Serão aperfeiçoados os sistemas de informação e de registo existentes, nomeadamente quanto a: produção e consumo de bebidas alcoólicas; bebedores excessivos e doentes alcoólicos (estimados, diagnosticados e tratados); padrões de consumo de bebidas alcoólicas; acidentes de trabalho e acidentes de viação atribuíveis ao álcool; síndrome fetal alcoólico e criminalidade imputável ao álcool.

- Irá ser constituída uma nova comissão interministerial, presidida pela saúde, cuja finalidade é o acompanhamento, monitorização e avaliação do Plano de Acção contra o Alcoolismo, assim como a apresentação de novas propostas que se venham a justificar.

- Prevenir o consumo de drogas ilícitas

- Serão melhorados os conhecimentos das actuais tendências epidemiológicas. Neste sentido, é preciso apostar na contribuição universitária e científica em todos os domínios da droga e da toxicodependência, bem como nas relações internacionais, designadamente no OEDT (Observatório) de forma a conhecer outras realidades.

- Continuar-se-á a dar prioridade a projectos na área da prevenção primária, que permitam reduzir o consumo de drogas junto das populações mais jovens, assim como na redução dos riscos, que minimizem as consequências sanitárias do seu consumo.

- Será encorajada a participação do poder local na prevenção primária através de “planos municipais de prevenção”, bem como das famílias e escolas através de parcerias com vista a uma efectiva troca de informação e da real sensibilização da população para a complexidade do fenómeno da droga.

- Será reforçada a área do tratamento tendo como lógica que um maior investimento aqui equivale a poupar-se no campo da oferta, apostando na qualidade científica das estruturas do Estado, bem como na diversificação dos caminhos para a saída da toxicodependência. A reinserção tem de ser contemplada como a fase última de

tratamento, de forma a diminuir os casos de regresso à toxicodependência por ausência de condições materiais.

- Serão implementadas medidas que permitam uma melhor estruturação da intervenção realizada pelos CAT's (Centro de Atendimento de Toxicodependentes) junto da população atendida, contemplando a qualificação dos profissionais envolvidos e a implementação e padronização de instrumentos de avaliação inicial, diagnóstico e encaminhamento, de forma que estes procedimentos sejam mais racionais e aumentem a capacidade de induzir os indivíduos a reconhecer a necessidade de tratamento e de encaminhar estes mesmos indivíduos para uma opção equilibrada e adequada de tratamento.

- Investir-se-á na melhoria da qualidade dos recursos humanos, técnicos e metodológicos das unidades de tratamento, públicas e privadas, e na explicação das características dos programas de tratamento e populações alvo atendidas, adequando o atendimento prestado às necessidades de tratamento dos indivíduos e à satisfação destes, com vista a aumentar a sua permanência em tratamento e a afectividade do mesmo.

- No contexto do tratamento das toxicodependências, serão incluídas estratégias de prevenção e tratamento que contemplem o consumo indevido de álcool e o alcoolismo, assim como de drogas sintéticas, de forma a criar uma abordagem compreensiva e abrangente do fenómeno do abuso e da dependências de substâncias.

- Serão contempladas unidades de tratamento de curta duração, em regime ambulatorio e residencial, de forma a racionalizar o encaminhamento e permitir um tratamento adequado aos casos que necessitam de menos cuidados e por menos tempo, equilibrando as ofertas existentes na rede de cuidados de saúde.

- Da mesma forma serão criadas unidades medicamente assistidas para populações especiais, como grávidas, mães com filhos pequenos e portadores de doenças mentais e físicas que necessitem de cuidados acrescidos.

Uma juventude à descoberta de um futuro saudável

Intervenções necessárias e objectivos estratégicos

- Aumentar a qualidade dos cuidados prestados aos jovens

- Os adolescentes são grupos de intervenção prioritária, no âmbito da saúde reprodutiva e da prevenção de ITS. Serão portanto, reforçadas as iniciativas no sentido de adequar e melhorar as condições de acesso e atendimento dos adolescentes, nos Centros de Saúde e nos Hospitais.

- **Reforçar as actividades de redução de comportamentos de risco**

- Nesta fase do ciclo da vida, serão priorizadas intervenções a incentivar a adopção de estilos de vida e padrões de comportamento que condicionem favoravelmente a saúde futura.

- **Settings para intervenção**

- Como grande parte da vida do jovem se concretiza no espaço escolar, deve-se privilegiar o trabalho com as instituições do Ministério da Educação. Há que persistir também no reforço das actividades de educação nas áreas da sexualidade e reprodução, baseadas nas escolas com o apoio dos serviços de saúde.

Envelhecer activamente

Intervenções necessárias e objectivos estratégicos

- **Actuar sobre determinantes de autonomia e independência**

- Procurar-se-á a generalização e prática do conceito de envelhecimento activo (informar e encorajar para a prática de actividade física moderada regular, para a estimulação das funções cognitivas – memória – para o incentivo de uma boa nutrição, bem como para a adopção de comportamentos saudáveis e para a vivência de uma reforma activa), tendo em conta as diferenças relativas à idade e ao género.

- **Settings para intervenção**

- Os settings a privilegiar nesta fase do ciclo de vida incluem: a família, capacitando-a para a prestação de cuidados informais; os lares de idosos, capacitando-os para a manutenção da funcionalidade, autonomia e independência; os Centros de Saúde e Hospitais, promovendo a identificação de critérios de fragilidade e de cuidados antecipatórios; as unidades de cuidados continuados, promovendo a prestação de cuidados curativos, paliativos, de reabilitação e de recuperação globais em internamento, em ambulatório e no domicílio.

- Programa Nacional de Emprego 2005 - 2008

Os grandes desafios:

- Promover a criação de emprego, prevenir e combater o desemprego;
- Gerir de forma preventiva e precoce, intervindo numa lógica de proximidade, os processos de reestruturação e deslocalização empresarial que têm marcado a Europa e o país nos últimos anos;
 - Promover a flexibilidade com segurança no emprego assegurando que as desigualdades e dinâmicas de segmentação ou de exclusão do mercado de trabalho dos grupos mais desfavorecidos não se acentuam de modo insustentável;
 - Reforçar a educação e qualificação da população portuguesa;
 - Modernizar o sistema de protecção social, que se encontra hoje perante o duplo desafio de fazer face às exigências colocadas pelo abrandamento económico e de reforçar a sua cobertura num contexto de envelhecimento da população.

Directrizes

- 17- Executar políticas de emprego para atingir o pleno emprego, melhorar a qualidade e a produtividade do trabalho e reforçar a coesão social e territorial;
- 18 – Promover uma abordagem do trabalho baseada no ciclo de vida;
- 19 – Assegurar a existência de mercados de trabalho inclusivos, melhorar a atractividade do trabalho e torná-lo mais remunerador para os que procuram emprego, incluindo as pessoas desfavorecidas e os inactivos;
- 20 – Melhorar a resposta às necessidades do mercado de trabalho;
- 21 – Promover a flexibilidade em conjugação com a segurança do emprego e reduzir a segmentação do mercado de trabalho, tendo devidamente em conta o papel dos parceiros sociais;
- 22 – Garantir a evolução dos custos do factor trabalho e mecanismos de fixação dos salários favoráveis ao emprego;
- 23 – Alargar e aumentar o investimento em capital humano;
- 24 – Adaptar os sistemas de educação e formação de forma a poderem responder às novas exigências em matéria de competências.

Eixos do Plano Nacional de Emprego, associados às prioridades Europeias da EEE (Estratégia Europeia para o Emprego):

Eixo 1 – Atrair e reter um maior número de pessoas na situação de emprego, aumentando a oferta de mão-de-obra e modernizar os sistemas de protecção social;

Eixo 2 – Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas;

Eixo 3 – Investir mais em capital humano melhorando a educação e as competências.

**- Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego
2005 - 2008**

Com a implementação do Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego, Portugal pretende atingir quatro Objectivos Estratégicos que constituem uma agenda para a modernização.

1 – Reforçar a credibilidade, consolidando as contas públicas e apostando em políticas fortes, transparentes, focalizadas e direccionadas para a solução dos pontos críticos que limitam o desenvolvimento do País e a sua capacidade de atrair capitais e recursos internos e externos.

2 – Apostar na confiança, fomentando o crescimento económico, melhorando o contexto jurídico e legal, afirmando políticas públicas coerentes e estrategicamente enquadradas, incrementando o investimento público nos sectores chave para o sucesso dessas políticas, atraindo o investimento privado e apoiando a modernização do tecido empresarial.

3 – Assumir os desafios da competitividade, implementando um plano tecnológico que acresça a capacidade de gerar valor das pessoas, das empresas e das instituições, através do conhecimento, da tecnologia e da inovação, e eliminando as práticas burocráticas de forma a tornar o País mais atractivo para os negócios.

4 – Reforçar a coesão social, territorial e ambiental como factores de competitividade e desenvolvimento sustentável, promover o emprego, combater o desemprego e reforçar a educação e qualificação da população portuguesa numa óptica de aprendizagem ao longo da vida.

7 – Qualificação, Emprego e Coesão Social

Medidas

I – Reforçar a educação e a qualificação dos portugueses

- 1 – Racionalizar e alargar a Rede do Pré-Escolar;
- 2 – Programa de generalização do ensino do inglês no ensino básico;
- 3 – Programa de acompanhamento dos professores de matemática;
- 4 – Programa de ensino experimental das ciências;
- 5 – Plano Nacional de Leitura da língua portuguesa;
- 6 – Programa de avaliação das escolas básicas e secundárias;
- 7 – Iniciativa Novas Oportunidades. Pretende-se fazer do 12º ano o referencial mínimo de formação para todos os jovens;
- 8 – Concretizar o Processo de Bolonha e de reforma do ensino superior;
- 9 – Reforço do sistema de educação e de formação, no quadro da aprendizagem ao longo da vida (ALV);
- 10 – Promover a formação e certificação de competências.

II – Promover a criação de emprego

- 11 – Programa de Intervenção para jovens desempregados menores de 23 anos;
- 12 – Programa de Intervenção para desempregados com qualificação superior;
- 13 – Programa de Intervenção envelhecimento activo;
- 14 – Aumento da participação das mulheres na vida activa;
- 15 – Programa de Intervenção Mercado Inclusivo;
- 16 – Programa de Formação Profissional e Emprego de pessoas com Deficiência;
- 17 – Programa de Intervenção para Desempregados Imigrantes;
- 18 – Programas de Emprego de base territorial e sectorial das políticas de emprego;
- 19 – Programas de Intervenção para as Entidades Empregadoras;
- 20 – Programa de Modernização e Reforço do Serviço Público de Emprego.

III – Gerir de forma preventiva e precoce os processos de reestruturação e deslocalização empresarial

21 – Núcleos de Intervenção Rápida e Personalizada;

22 – Formação e reconversão para novas áreas profissionais.

IV – Promover a flexibilidade com segurança no Emprego

23 – Reforma das relações laborais;

24 – Autonomização da retribuição mínima garantida;

25 – Programa da IGT (Inspeção Geral do Trabalho) contra o trabalho não declarado e ilegal;

26 – Plano Nacional de Acção para a Prevenção.

V – Modernizar o sistema de protecção social

27 – Convergência do regime da segurança social entre o sector público e privado e alteração do regime de flexibilidade da idade da reforma;

28 – Revisão do regime de protecção na eventualidade do desemprego;

29 – Planos Anuais de Combate à Fraude e Evasão Contributiva;

30 – Criar uma rede de serviços comunitários de proximidade.

Nível Regional:

- Plano Operacional da Região Centro 2000-2006

Objectivos gerais:

- Acesso da população aos “Serviços Universais” e infraestruturização do território;
- Qualificação urbana e ordenamento dos espaços constituintes das cidades;
- Restituição ao meio rural, à agricultura e às aldeias de capacidade de dinamização;
- Valorização das potencialidades de territórios específicos;
- Qualificação dos factores de competitividade da economia regional.

Eixos Prioritários:

1 – Apoio aos investimentos de interesse municipal e intermunicipal;

Medida I. 1- Equipamentos e Infra-estruturas Locais;

2 – Acções integradas de base territorial;

Medida II. 8 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social;

3 – Intervenções da administração central regionalmente desconcentradas.

Medida III. 3 – Promoção da Empregabilidade e do Emprego ao Nível Local;

Objectivos do eixo 1

- Dotar as comunidades locais com os equipamentos de natureza social e de utilização colectiva necessários à qualidade de vida das populações;
- Assegurar a concretização dos equipamentos de apoio às actividades económicas e de qualificação de novas formas de organização empresarial a nível local;
- Qualificar as infra-estruturas de mobilidade e o espaço urbano;
- Investir na qualificação ambiental e na valorização dos recursos naturais, designadamente na qualidade da água;
- Viabilizar acções de dinamização económica e de promoção do desenvolvimento local;
- Promover a qualificação dos recursos humanos reforçando as capacidades dos agentes locais.

Objectivos do eixo 2

- Promover os nós fundamentais para a estruturação do território da região e para a sua inserção nas dinâmicas de desenvolvimento e competitividade de nível europeu e mundial;
- Apoiar intervenções integradas em aldeias do interior em que, pelas suas características específicas, se reconhece uma potencialidade para dinamização económica e social do seu micro-território com potenciais efeitos inovadores e demonstrativos.

Objectivos do eixo 3

- Qualificar os serviços prestados à população e às actividades;
- Estruturar o território, modernizando e dando coerência às infra-estruturas regionais e redes de equipamentos e serviços, melhorando a sua articulação com as redes nacionais;
- Fomentar novos factores de competitividade da economia regional e dinamizar a sua capacidade tecnológica e o seu potencial de inovação;
- Promover a valorização e uma gestão criativa dos recursos e do património natural e cultural da região;
- Qualificar os recursos humanos, promovendo a empregabilidade e o emprego ao nível local;
- Promover antecipadamente os instrumentos de prevenção dos riscos de desemprego de longa duração.

Nível Local:

- Plano Director Municipal

A nível local, a Câmara possui um Plano Director Municipal (PDM), revisto e publicado na I Série B do Diário da República nº 294 de 21 de Dezembro de 2001.

Este novo Plano Director Municipal ocorreu ainda na vigência do Decreto-lei nº 69/90 de 2 de Março tendo sido cumpridas todas as formalidades legalmente previstas para a sua elaboração e aprovação.

Abrange todo o território Municipal, estabelecendo a Estrutura espacial e classificação básica do solo, bem como define os parâmetros de ocupação, considerando a implementação dos equipamentos sociais, desenvolvendo a qualificação do solo urbano e rural.

O Plano Director Municipal resulta numa síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local.

Assim, dado que o Plano Director Municipal (revisão) se encontra em vigor há cinco anos e tendo em conta o tempo de vigência dos planos bem como a morosidade de elaboração dos mesmos, poderá ser altura de iniciar um novo processo de revisão.

2.1 - Enquadramento dos diversos níveis de planificação nacional e regional com os eixos de intervenção do PDS

Eixos do PDS de Carregal do Sal	Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar	Plano Nacional de Saúde Orientações Estratégicas para 2004-2010	Programa Nacional de Emprego 2005-2008	Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008	Programa Operacional da Região Centro 2000-2006
Eixo 1 – Promover e aumentar a Empregabilidade e a Qualificação Profissional;			<p>Eixos:</p> <p>Eixo 1 – Atrair e reter um maior número de pessoas na situação de emprego, aumentando a oferta de mão-de-obra e modernizar os sistemas de protecção social;</p> <p>Eixo 2 – Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas;</p> <p>Eixo 3 – Investir mais em capital humano melhorando a educação e as competências.</p>	<p>7– Qualificação, Emprego e Coesão Social</p> <p>Medidas:</p> <p>I – Reforçar a educação e a qualificação dos portugueses;</p> <p>II – Promover a criação de emprego;</p> <p>III – Gerir de forma preventiva e precoce os processos de reestruturação e deslocalização empresarial;</p> <p>IV – Promover a flexibilidade com segurança no Emprego;</p> <p>V – Modernizar o sistema de protecção social.</p>	<p>Eixos:</p> <p>2 – Acções integradas de base territorial;</p> <p>Medida II. 8 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social;</p> <p>3 – Intervenções da administração central regionalmente desconcentradas.</p> <p>Medida III. 3 – Promoção da Empregabilidade e do Emprego ao Nível Local.</p>
Eixo 2 – Prevenir as Dependências;		<p>Intervenções necessárias e objectivos estratégicos:</p> <p>-Reforçar acções de promoção da saúde;</p> <p>-Prevenir o consumo do tabaco nos jovens e promover o abandono do tabagismo entre fumadores;</p> <p>-Prevenir o consumo excessivo de álcool.</p>			

Eixos do PDS de Carregal do Sal	Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar	Plano Nacional de Saúde Orientações Estratégicas para 2004-2010	Programa Nacional de Emprego 2005-2008	Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008	Programa Operacional da Região Centro 2000-2006
Eixo 3 – Criar equipamentos e alternativas de apoio à Terceira Idade e 1ª Infância;		Intervenções necessárias e objectivos estratégicos: - Actuar sobre determinantes de autonomia e independência.			Eixos: 1 – Apoio aos investimentos de interesse municipal e intermunicipal; Medida I. 1- Equipamentos e Infra-estruturas Locais.
Eixo 4 – Prevenir a Gravidez na Adolescência;		Intervenções necessárias e objectivos estratégicos: - Aumentar a qualidade dos cuidados prestados aos jovens; - Reforçar as actividades de redução de comportamentos de risco.			
Eixo 5 – Promover o Sucesso Escolar.	Propostas/Recomendações: 1 – Integrar na Escola; Apoiar o Desenvolvimento e Promover o Sucesso; 2 – Atribuir um Sentido de Utilidade e de Vocação à Escola; 3 – Valorizar Socialmente a Escola e a escolaridade de doze anos – uma Escola e uma escolaridade úteis, integradoras e com sentido vocacional, capazes de criarem uma cultura de Aprendizagem ao Longo da Vida; 4 – Apoiar uma política de articulação interministerial alargada, global e local, e de envolvimento da sociedade para a prevenção do abandono escolar.				

3 - Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Acção

À semelhança do que aconteceu no Diagnóstico, nesta fase do Plano de Desenvolvimento Social e do Plano de Acção foram também constituídos grupos de trabalho, baseados nas parcerias necessárias para a concretização dos nossos objectivos e projectos.

Na construção destes documentos, foi utilizada uma metodologia participativa, que assentou em reuniões e discussões, com vista à elaboração das grelhas pelos diferentes grupos de trabalho. Com base nos resultados destas reuniões foram construídas as grelhas que constituem o Plano de Desenvolvimento Social e o Plano de Acção.

Grupos de Trabalho dos Eixos Identificados

EIXO	INSTITUIÇÕES/ENTIDADES
Promover e aumentar a Empregabilidade e a Qualificação Profissional	<ul style="list-style-type: none">• ADICES – Associação de Desenvolvimento de Iniciativas Culturais, Económicas e Sociais;• Empresas do Concelho;• Centro de Emprego de Tondela;• Escolas (Agrupamento de Escolas Aristides Sousa Mendes de Cabanas de Viriato, Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal, Escola Secundária/3 de Carregal do Sal);• Centro de Formação de Professores de Carregal do Sal;• Ensino Recorrente e Educação Extra-escolar;• Segurança Social;• PETI – Plano Para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil;• Juntas de Freguesia;• Câmara Municipal.
Prevenir as Dependências	<ul style="list-style-type: none">• Guarda Nacional Republicana de Carregal do Sal;• Associações de Estudantes;• Associações de Pais;• Centro de Formação de Professores de Carregal do Sal;• Escolas (Agrupamento de Escolas Aristides Sousa Mendes de Cabanas de Viriato, Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal, Escola Secundária/3 de Carregal do Sal);• Centro de Saúde;• Comissão de Protecção de Crianças e Jovens;• IDT (Instituto da Droga e da Toxicodependência) – Unidade de Prevenção;• IPJ – Instituto Português da Juventude;• Associações Culturais, Sociais, Recreativas, Desportivas, Recreativas;

	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança Social; • Juntas de Freguesia; • Câmara Municipal.
Criar equipamentos e alternativas de apoio à Terceira Idade e 1ª Infância	<ul style="list-style-type: none"> • Centro de Saúde; • Instituições de Solidariedade Social; • Segurança Social; • Juntas de Freguesia; • Câmara Municipal.
Prevenir a Gravidez na Adolescência	<ul style="list-style-type: none"> • Escolas (Agrupamento de Escolas Aristides Sousa Mendes de Cabanas de Viriato, Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal, Escola Secundária/3 de Carregal do Sal); • Associações de Estudantes; • Associações de Pais; • Comissão de Protecção de Crianças e Jovens; • Intervenção Precoce; • Associações Culturais, Sociais, Recreativas, Desportivas, Recreativas; • Instituições de Solidariedade Social; • IPJ – Instituto Português da Juventude; • Centro de Saúde de Carregal do Sal; • Segurança Social; • Juntas de Freguesia; • Câmara Municipal.
Promover o Sucesso Escolar	<ul style="list-style-type: none"> • ADICES – Associação de Desenvolvimento de Iniciativas Culturais, Económicas e Sociais; • Escolas (Agrupamento de Escolas Aristides Sousa Mendes de Cabanas de Viriato, Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal, Escola Secundária/3 de Carregal do Sal); • Ensino Recorrente Educação Extra-escolar; • Associações de Estudantes; • Associações de Pais; • Associações Culturais, Sociais, Recreativas, Desportivas, Recreativas; • Centro de Formação de Professores de Carregal do Sal; • PETI – Plano Para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil; • Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos de Carregal do Sal/Nelas; • IPJ – Instituto Português da Juventude; • Segurança Social de Viseu; • Juntas de Freguesia; • Câmara Municipal de Carregal do Sal.

3.1 - Primeiro Plano de Acção – 2006/2007

Os objectivos do Plano de Desenvolvimento Social serão operacionalizáveis através da elaboração de Planos de Acção anuais. O Plano de Acção é a componente do Plano de Desenvolvimento Social onde se define as acções e projectos a desenvolver para concretizar os objectivos e estratégias de médio e longo prazo propostas no PDS. É elaborado anualmente e permite definir tarefas, competências, calendário, recursos humanos e materiais a afectar, permitindo clarificar a participação de cada parceiro.

O Plano de Acção, vai incidir sobre os Eixos de Intervenção Prioritária definidos no PDS:

- Eixo 1 – Promover e aumentar a Empregabilidade e a Qualificação Profissional;
- Eixo 2 – Prevenir as Dependências (consumo de substâncias psico-activas);
- Eixo 3 – Criar equipamentos e alternativas de apoio à Terceira Idade e 1^a

Infância;

- Eixo 4 – Prevenir a Gravidez na Adolescência;
- Eixo 5 – Promover o Sucesso Escolar.

Em cada eixo é elaborado um projecto, tendo como finalidade mobilizar e rentabilizar os recursos existentes, tendo em conta os objectivos e as estratégias delineadas no PDS.

3.2 - Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Acção por Eixos de Intervenção

Plano de Desenvolvimento Social 2006-2009

Eixo 1 – Promover e aumentar a Empregabilidade e a Qualificação Profissional

Objectivo Estratégico/Geral	Objectivos Específicos	Estratégia	Recursos	Parcerias
<ul style="list-style-type: none"> Até 2009 diminuir em 5 % o nº de desempregados; Até 2009 aumentar em 5 % a qualificação escolar e profissional da população do Concelho; 	<ul style="list-style-type: none"> Até 2007 estabelecer uma parceria com uma entidade promotora de formação ajustável às necessidades do mercado de trabalho; Até 2009, realizar 6 sessões colectivas de sensibilização profissional em profissões tradicionais (electricidade, canalização, costura, carpintaria...); Até 2009, aumentar em 5 % a qualificação escolar da população; 	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento das empresas existentes no Concelho e as suas necessidades em termos de formação; Valorização cultural e social das profissões tradicionais através de sessões colectivas de sensibilização profissional; Encaminhamento para cursos promovidos pelo ensino recorrente e pelo CRVCC (Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências); 	<ul style="list-style-type: none"> Empresas; AIRV (Associação Empresarial da Região de Viseu); 	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal; Juntas de Freguesia; Escola Secundária; ADICES; Centro de Emprego; Câmara Municipal; Juntas de Freguesia; Escola Secundária; ADICES; Centro de Emprego; Ensino Recorrente;

Plano de Acção: 2006/2007

Projecto: “Mais Formação, Melhor Emprego”

Eixo 1: Promover e aumentar a Empregabilidade e a Qualificação Profissional								
Acções	Actividades	Entidade/s Responsável	Cronograma	Resultados	Indicadores	Recursos Humanos/Materiais	Público-alvo	Orçamento
<ul style="list-style-type: none"> Levantamento das necessidades de formação; 	<ul style="list-style-type: none"> Contacto com o Centro de Emprego; Elaboração de questionário às entidades empregadoras; Tratamento dos dados; 	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal; Juntas de Freguesia; Centro de Emprego; ADICES; 	<ul style="list-style-type: none"> Junho/Setembro 2006; 	<ul style="list-style-type: none"> Caracterização das necessidades de formação do Concelho; 	<ul style="list-style-type: none"> Profissões com maior necessidade de formação; 	<ul style="list-style-type: none"> Técnicos; Programa informático para tratamento dos dados dos Inquéritos; Outros materiais necessários; 	<ul style="list-style-type: none"> Desempregados interessados em adquirir formação; 	<ul style="list-style-type: none"> 1000 €
<ul style="list-style-type: none"> Contactos com as potenciais entidades formadoras e empregadoras; 	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar planos de formação de acordos com as necessidades do mercado de trabalho; 	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal; Juntas de Freguesia; Centro de Emprego; ADICES; 	<ul style="list-style-type: none"> Outubro 2006/Abril 2007; 	<ul style="list-style-type: none"> Canalizar os potenciais formandos para as diversas acções de formação; 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de acções de formação planeadas; Nº de potenciais formandos; 	<ul style="list-style-type: none"> Formadores, formandos, equipamento; 	<ul style="list-style-type: none"> Desempregados interessados em adquirir formação; 	<ul style="list-style-type: none"> 1000€
<ul style="list-style-type: none"> Promover cursos de formação nas profissões tradicionais; 		<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal; Juntas de Freguesia; Centro de Emprego; ADICES; 	<ul style="list-style-type: none"> 1 ano; 	<ul style="list-style-type: none"> Maior qualificação profissional e maior índice de empregabilidade; 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de cursos de formação; Nº de formandos; 	<ul style="list-style-type: none"> Formadores, formandos, equipamento, espaço físico (salas); 	<ul style="list-style-type: none"> Desempregados; Outros interessados em adquirir formação; 	<ul style="list-style-type: none"> 10000 €
<ul style="list-style-type: none"> Realização de 			<ul style="list-style-type: none"> Durante o ano conforme 		<ul style="list-style-type: none"> Nº de sessões 	<ul style="list-style-type: none"> Transporte para a 		<ul style="list-style-type: none"> 300 €

<p>sessões colectivas de sensibilização;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover acções de sensibilização conjunta com as várias parcerias; • Realização de cursos do 1º, 2º e 3º ciclos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Visitas e realização de feiras de orientação profissional/feiras de profissões; • Encaminhamento para os cursos e centros de RVCC e Ensino Recorrente; 	<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal; • Juntas de Freguesia; • Centro de Emprego; • ADICES; • Ensino Recorrente e Educação Extra-escolar; 	<p>as necessidades;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Data de realização das feiras/festas do Concelho; • Ano lectivo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento das qualificações escolares; 	<p>colectivas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nº de visitas às feiras; • Nº de feiras realizadas; • Nº de encaminhamentos; • Nº de certificações; • Nº de participantes nos cursos; 	<p>realização das visitas; espaço físico para a realização das sessões e das feiras;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formadores, formandos, equipamento, espaço físico (salas); 	<ul style="list-style-type: none"> • População com baixa qualificação escolar; 	<ul style="list-style-type: none"> • 200 € • 15000 €
---	---	---	---	--	--	---	---	--

Plano de Desenvolvimento Social 2006-2009

Eixo 2 – Prevenir as Dependências				
Objectivo Estratégico/Geral	Objectivos Específicos	Estratégia	Recursos	Parcerias
<ul style="list-style-type: none"> Até 2009 contribuir para o desenvolvimento de comportamentos saudáveis; 	<ul style="list-style-type: none"> Até 2009 promover 9 acções de sensibilização/(in)formação com vista a diminuir o início precoce dos consumos; Até 2009 contribuir para a diminuição da negligência parental; 	<ul style="list-style-type: none"> Organização de acções diversas de sensibilização em pequenos grupos; Dinamização de encontros/seminários; 	<ul style="list-style-type: none"> CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Carregal do Sal; Associações de Estudantes; 	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal; Juntas de Freguesia; Associações de Pais; Centro de Saúde; Associações Culturais, Sociais, Desportivas e Recreativas; Guarda Nacional Republicana; Escolas;

Plano de Acção: 2006/2007

Projecto: “Juventude com Saúde”

Eixo 2 – Prevenir as Dependências								
Acções	Actividades	Entidade/s Responsável	Cronograma	Resultados	Indicadores	Recursos Humanos/Materiais	Público-alvo	Orçamento
<ul style="list-style-type: none"> • “Formar para intervir”; 	<ul style="list-style-type: none"> • Temas a abordar: <ul style="list-style-type: none"> – Prevenção das toxicodependências; – Alcoolismo; – Substâncias psico-activas; – Dinâmicas de grupos; – Tabagismo; – Actividades desportivas e/ou de aventura e artísticas para jovens com forte vertente formativa; 	<ul style="list-style-type: none"> • Escolas; • Associação de pais; • Centro de Saúde; • Segurança Social; • G.N.R.; • Associações Culturais, Sociais, Desportivas e Recreativas; • Autarquias; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ano lectivo 2006/2007; 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar agentes de prevenção no Concelho; • Criar hábitos de vida saudáveis; • Ocupação dos tempos livres de forma diversificada; • Criar espaços alternativos ao ócio; 	<ul style="list-style-type: none"> • N° de acções promovidas; • N° de inscrições; • N° de participantes; • Grau de participação/motivação; • N° de actividades promovidas; • N° de jovens inscritos; • N° de participantes; • Grau de satisfação; • N° de jovens que se inscreveram em clubes para prática desportiva continuada; 	<ul style="list-style-type: none"> • Formadores; • Espaço físico; • Material necessário; • Monitores; • Professores (Educação Física...); • Espaços físicos (polidesportivos, pavilhões desportivos escolares, pavilhão e piscinas municipais; • Espaços das Associações; 	<ul style="list-style-type: none"> • Pais, avós, professores e auxiliares de acção educativa; • Crianças e jovens; 	<ul style="list-style-type: none"> • 2500 €
<ul style="list-style-type: none"> • Prevenir para proteger; 	<ul style="list-style-type: none"> • Encontros/Seminários: - “Violência doméstica”; 	<ul style="list-style-type: none"> • Escolas; • Associação de pais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Maio 2006 	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir a Negligência Parental; 	<ul style="list-style-type: none"> • N° de participantes nos Encontros/Seminários; 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço físico; • Oradores; • Material áudio- 	<ul style="list-style-type: none"> • Pais; • Professores; • Auxiliares de 	<ul style="list-style-type: none"> • 5000 €

<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um observatório de monitorização do fenómeno da toxicodependência; 	<ul style="list-style-type: none"> - “Saúde Escola”; • Reuniões periódicas; • Levantamento: <ul style="list-style-type: none"> - Nº de contra ordenações (G.N.R., CDT); - Nº de utentes inscritos no CAT; - Levantamento das sinalizações da CPCJ; - Indicadores do Centro de Saúde; - Ministério Público (Tribunal); 	<ul style="list-style-type: none"> • Associação de estudantes; • Centro de Saúde; • Segurança Social; • G.N.R.; • Autarquias; • Centro de Saúde; • Segurança Social; • G.N.R.; • Autarquias; • IDT UP/CAT/CDT; • Escolas; • CPCJ; 	<ul style="list-style-type: none"> - Fevereiro 2007 “Saúde Escola”; • Setembro 2006; 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior articulação entre as Instituições; • Optimização da utilização dos recursos concelhios; • Conhecimento da realidade concelhia; 	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de casos sinalizados; • Nº de reuniões efectuadas; • Nº de intervenções concertadas realizadas; • Nº de casos sinalizados; 	<ul style="list-style-type: none"> visual; • Espaço físico; • Representantes das entidades; 	<ul style="list-style-type: none"> acção educativa; • Comunidade em geral; • Comunidade em geral; 	<ul style="list-style-type: none"> • 500 €
---	--	---	--	--	--	--	--	---

Plano de Desenvolvimento Social 2006-2009

Eixo 3 – Criar equipamentos e alternativas de apoio à Terceira Idade e 1ª Infância				
Objectivo Estratégico/Geral	Objectivos Específicos	Estratégia	Recursos	Parcerias
<ul style="list-style-type: none"> Até 2009 proporcionar respostas adequadas a 20 idosos; 	<ul style="list-style-type: none"> Até 2009 diminuir o isolamento e solidão de 20 idosos; 	<ul style="list-style-type: none"> Diversificação do apoio domiciliário; Criação de Centros de convívio/apoio a idosos; 		<ul style="list-style-type: none"> Associações Culturais, Sociais, Desportivas e Recreativas; Instituições de Solidariedade Social; Segurança Social; Câmara Municipal/ Juntas de Freguesia; Paróquias;
<ul style="list-style-type: none"> Até 2009 proporcionar respostas adequadas a 50 crianças dos 0-3 anos; 	<ul style="list-style-type: none"> Até finais de 2006 adaptar instalações da Escola do 1º ciclo num complexo de Educação Pré-escolar (Creche) para cerca de 35 crianças; Até finais de 2006 abertura da Creche da Santa Casa da Misericórdia de Carregal do Sal para 33 crianças (0-3 anos); Até final de 2006 apresentar uma candidatura para a criação de um C.A.T. (Centro de Acolhimento Temporário) para 10 crianças em risco; 	<ul style="list-style-type: none"> Candidatura do Centro Social de Cabanas de Viriato a um Complexo de Educação Pré-escolar (Creche); Finalização e conclusão das obras nas instalações do Lar da Santa Casa da Misericórdia e aquisição de equipamentos para a creche; Criação de um Centro de Acolhimento Temporário para crianças em risco; 	<ul style="list-style-type: none"> Equipa de Intervenção Precoce; Equipa de Intervenção Precoce; CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Carregal do Sal; 	<ul style="list-style-type: none"> Segurança Social; Câmara Municipal/ Juntas de Freguesia; Centro Social de Cabanas de Viriato; Santa Casa da Misericórdia de Carregal do Sal; Segurança Social; Câmara Municipal/ Juntas de Freguesia; Paróquia; Centro Social de Cabanas de Viriato; Centro de Emprego;

Plano de Acção: 2006/2007

Projecto: “Ser Menos Jovem com Qualidade” (Terceira Idade)

Eixo 3: Criar equipamentos e alternativas de apoio à Terceira Idade e 1ª Infância								
Acções	Actividades	Entidade/s Responsável	Cronograma	Resultados	Indicadores	Recursos Humanos/Materiais	Público-alvo	Orçamento
<ul style="list-style-type: none"> • Criar Centros de Convívio/Apoio; • Diversificar o apoio domiciliário; • Requalificar os edifícios desactivados (escolares e outros); 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer protocolos com instituições/associações da comunidade; • Integrar no apoio domiciliário cuidados primários de saúde; • Estabelecer protocolos com as instituições proprietárias dos edifícios desactivados; 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições de Solidariedade Social, Autarquias, Paróquias; • Associações Culturais, Sociais, Desportivas e Recreativas; 	<ul style="list-style-type: none"> • 2006/2007; • 2006/2007; • 2006/2007; 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar respostas sociais de apoio à 3ª idade; • Diminuir o isolamento e solidão dos idosos; 	<ul style="list-style-type: none"> • N° de Centros de Convívio/Apoio criados; • N° de idosos apoiados; • N° de idosos abrangidos com os cuidados primários de saúde; • N° de Edifícios desactivados requalificados; 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços físicos cedidos; • Equipamentos; • Pessoal com perfil ao apoio ao idoso; • Pessoal médico e de enfermagem; 	<ul style="list-style-type: none"> • Idosos; 	<ul style="list-style-type: none"> • 5000 € • 2500 € • 50000€

Plano de Acção: 2006/2007

Projecto: “Crescer com Futuro” (1ª Infância)

Eixo 3: Criar equipamentos e alternativas de apoio à Terceira Idade e 1ª Infância								
Acções	Actividades	Entidade/s Responsável	Cronograma	Resultados	Indicadores	Recursos Humanos/Materiais	Público-alvo	Orçamento
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração do projecto para o complexo de Educação Pré-escolar (Creche) do Centro Social de Cabanas de Viriato; Celebração do acordo de cooperação entre a Segurança Social e a Santa Casa da Misericórdia de Carregal do Sal; Recrutamento, Selecção e Formação de pessoal para trabalhar nos equipamentos; 	<ul style="list-style-type: none"> Entrega do projecto às entidades competentes; Articulação com a Segurança Social de acordo com as normas do Acordo de Cooperação; Articulação com o Centro de Emprego para o recrutamento, Selecção e Formação; 	<ul style="list-style-type: none"> Centro Social de Cabanas de Viriato; Segurança Social; Câmara Municipal; Ministério da Educação; Junta da Freguesia; Segurança Social; Santa Casa da Misericórdia; Centro de Emprego; 	<ul style="list-style-type: none"> Até finais de 2006 (Elaboração e entrega do projecto); De Setembro a Dezembro 2006 (abertura da Creche da Misericórdia); Até Setembro 2006 a celebração do acordo com a Segurança Social; Até Agosto 2006 (Recrutamento, Selecção e Formação); 	<ul style="list-style-type: none"> Criar respostas adequadas para as crianças dos 0-3 anos; Criação de novos postos de trabalho; De Setembro a Dezembro 2006 (abertura da Creche da Misericórdia); Até Setembro 2006 a celebração do acordo com a Segurança Social; Até Agosto 2006 (Recrutamento, Selecção e Formação); 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de equipamentos criados; Nº de crianças abrangidas; Nº de postos de trabalho criados para trabalhar nos equipamentos; Nº de famílias abrangidas; 	<ul style="list-style-type: none"> Formadores; Formandos; Técnicos do Centro de Emprego; Técnicos da Segurança Social; Equipamentos e material pedagógico; 	<ul style="list-style-type: none"> Crianças dos 0-3 anos; Famílias; 	<ul style="list-style-type: none"> 500 € 1000 €

<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração da Candidatura para a criação do C.A.T.; • Apresentação da candidatura; • Sinalização das crianças em risco; 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrega do projecto; 	<ul style="list-style-type: none"> • Centro Social de Cabanas de Viriato; • Paróquias; • Segurança Social; • Ministério da Justiça; 	<ul style="list-style-type: none"> • Até Dezembro de 2006; 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do C.A.T. do Concelho de Carregal do Sal; • Criar respostas adequadas para as crianças em risco dos 0-3 anos; 	<ul style="list-style-type: none"> • N° de crianças sinalizadas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Técnicos da Segurança Social; 	<ul style="list-style-type: none"> • Crianças em risco dos 0-3 anos; 	<ul style="list-style-type: none"> • 500 € • 500 €
---	--	---	---	--	---	---	---	--

Plano de Desenvolvimento Social 2006-2009

Eixo 4 – Prevenir a Gravidez na Adolescência				
Objectivo Estratégico/Geral	Objectivos Específicos	Estratégia	Recursos	Parcerias
<ul style="list-style-type: none"> Até 2009 prevenir a gravidez na adolescência; 	<ul style="list-style-type: none"> Até 2009 prevenir os comportamentos de risco face à sexualidade; Até 2009 aumentar em 30 % a adesão de jovens nas consultas de desenvolvimento dos 13 aos 15 anos; 	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilização; Informação; Envolver os Conselhos Executivos para a necessidade das consultas de desenvolvimento dos 11-13 e dos 13-15 anos; 	<ul style="list-style-type: none"> CPCJ - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Carregal do Sal; Intervenção Precoce; Conselho Municipal de Educação; Associações de Estudantes; 	<ul style="list-style-type: none"> Escolas; Centro de Saúde; Associações de Pais; Associações Culturais, Sociais, Desportivas e Recreativas;

Plano de Acção: 2006/2007

Projecto: “Juventude mais responsável”

Eixo 4: Prevenir a Gravidez na Adolescência								
Acções	Actividades	Entidade/s Responsável	Cronograma	Resultados	Indicadores	Recursos Humanos/Materiais	Público-alvo	Orçamento
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de grupos de trabalho com jovens; • Articulação com as escolas/saúde/Associações de pais e associações de estudantes/Associações Culturais, Sociais, Desportivas e Recreativas; • Elaboração de desdobráveis; • Dinamização das Associações Culturais, Sociais, Desportivas e Recreativas; • Articulação/troca de experiências com as Paróquias acerca desta temática; • Apresentação no acto da matrícula de documento comprovativo passado 	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões com os grupos de trabalho; • Distribuição dos desdobráveis; 	<ul style="list-style-type: none"> • Escolas, Centro de Saúde, Paróquias, Associações Culturais, Sociais, Desportivas e Recreativas; Associações de Pais e de Estudantes; 	<ul style="list-style-type: none"> • 2006/2007; 	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição dos comportamentos de risco; 	<ul style="list-style-type: none"> • N° de grupos de trabalho criados; • N° de jovens envolvidos; • N° de acções dinamizadas; • N° de parceiros envolvidos; • N° de desdobráveis distribuídos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Médicos; • Enfermeiros; • Professores; • Educadores; • Centro de Saúde espaço; • Escolas; • Associações Culturais, Sociais, Desportivas e Recreativas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Jovens/Adolescentes; 	<ul style="list-style-type: none"> • 200 €
								<ul style="list-style-type: none"> • Escolas e Centro de Saúde;

pele Centro de Saúde do exame global de saúde;				desenvolvimento dos 13-15 anos;	exames globais;	médico;		
---	--	--	--	------------------------------------	-----------------	---------	--	--

Plano de Desenvolvimento Social 2006-2009

Eixo 5 – Promover o Sucesso Escolar				
Objectivo Estratégico/Geral	Objectivos Específicos	Estratégia	Recursos	Parcerias
<ul style="list-style-type: none"> Até ao ano lectivo 2008-2009 reduzir em 5 % a taxa de abandono escolar; 	<ul style="list-style-type: none"> Até ao ano lectivo 2008-2009 diminuir em 5 % o absentismo escolar; Até ao ano lectivo 2008-2009 deverão as escolas sinalizar todos os casos existentes de absentismo e de abandono às entidades competentes; Até ao ano lectivo 2008-2009 fomentar a participação dos pais no processo educativo dos filhos; 	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar e auscultar as empresas para a criação de estágios profissionais; Motivação dos alunos através de actividades diversificadas; Motivar as escolas para a candidatura a cursos profissionais; Sensibilizar as escolas para a sinalização de casos de absentismo e abandono escolar às entidades competentes; Promover feiras/convívios com vista à participação dos pais no processo educativo dos filhos em parceria com as empresas; 	<ul style="list-style-type: none"> Empresas; PIEF - Plano Integrado de Educação e Formação; Psicóloga de Orientação Profissional (Escola Secundária); Conselheira de Orientação (Centro de Emprego); Currículos alternativos; Medidas do Decreto-Lei 319/91; Conselho Municipal de Educação; Associações de Estudantes; 	<ul style="list-style-type: none"> Equipa de Coordenação dos Apoios Educação de Carregal do Sal e Nelas; Escolas; PETI – Plano para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil; Autarquias; Segurança Social; Centro de Emprego; Associação de Pais;

Plano de Acção: 2006/2007

Projecto: “Aprender para Crescer”

Eixo 5: Promover o Sucesso Escolar								
Acções	Actividades	Entidade/s Responsável	Cronograma	Resultados	Indicadores	Recursos Humanos/Materiais	Público-alvo	Orçamento
<ul style="list-style-type: none"> • Candidatura das escolas a cursos profissionais; • Sensibilizar as escolas para a inovação/criação de novos clubes; • Sinalização por parte das escolas das situações de absentismo e abandono escolar para as entidades competentes; • Organização de feiras/convívios; 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de candidaturas para os cursos profissionais; • Convidar os pais dos alunos para a participação nas feiras/convívios; 	<ul style="list-style-type: none"> • Escolas; • PETI – Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil; • Associações de Pais; • Associações de Estudantes; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ano lectivo 2006-2007; 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de cursos profissionais; • Criação de novos clubes; • Aumentar o nº de casos comunicados/sinalizados às entidades competentes; • Aumentar a participação dos pais no processo educativo dos filhos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de cursos profissionais criados; • Nº de novos clubes criados; • Nº de casos sinalizados; • Nº de feiras/convívios realizados; • Nº de participantes nas feiras/convívios; 	<ul style="list-style-type: none"> • Professores; • Alunos; • Pais; • Espaços físicos e materiais necessários; 	<ul style="list-style-type: none"> • População em abandono/absentismo escolar; 	<ul style="list-style-type: none"> • 200 € • 250 € • 500 €

4 - Avaliação

É um processo que permite reflectir sobre uma dinâmica de planeamento, partindo do estabelecimento de um conjunto de critérios de sucesso, de indicadores e da definição de formas de verificação.

A avaliação não serve para fiscalizar ou para punir, deve ser entendida como um momento de reflexão, indispensável para o planeamento de intervenções futuras, identificando pontos de reorientação ou reforço de acções.

Quanto à responsabilidade pela condução dos processos de avaliação será uma auto-avaliação, sendo os protagonistas da intervenção que farão a avaliação. Os técnicos responsáveis pela execução, os gestores, os decisores e os destinatários poderão intervir na auto-avaliação. O papel do avaliador é envolver todos os intervenientes na reflexão crítica sobre a intervenção, fornecendo os instrumentos técnicos e metodológicos necessários procurando promover condições organizativas favoráveis.

Os principais requisitos da auto-avaliação são: a disponibilidade, a implicação, a recolha sistemática de dados no decurso da acção e um trabalho reflexivo continuado e permanente.

A estratégia de avaliação em função do momento em que se irá realizar, será uma avaliação ex-post, sumativa ou de impactes, é accionada no final da intervenção ou mesmo quando esta já foi concluída.

Conclusão

O Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Carregal do Sal é um plano estratégico para os próximos 3 anos (2006-2009), onde se definiram as estratégias de intervenção, assim como os objectivos a alcançar, para a promoção do desenvolvimento social local.

O Plano de Acção é um documento de planeamento anual, foi composto pela identificação dos projectos e intervenções previstas para um ano (2006/2007), que se enquadram nas estratégias delineadas no Plano de Desenvolvimento Social.

Tentámos delinear um Plano de Desenvolvimento Social e um Plano de Acção realista, flexível e exequível de acordo com os recursos disponíveis a nível local e outros a que poderemos eventualmente recorrer, para a concretização dos nossos objectivos.

Nesta fase como em todo o processo de implementação da Rede Social do Concelho, a participação e a partilha de ideias entre os actores sociais locais e as parcerias têm assumido um papel preponderante. Só desta forma é que conseguimos elaborar este documento e ter uma visão mais abrangente e interdisciplinar da realidade do Concelho e das possíveis intervenções futuras.

Bibliografia

Plano de Desenvolvimento Social - Programa Rede Social (2003); Elaborado por: Núcleo da Rede Social – Departamento de Investigação e Conhecimento, Edição Instituto de Solidariedade e Segurança Social, Lisboa.

Unidade Modelar - *Metodologia de Avaliação de Intervenções Sociais* (1999); Módulos PROFISSS, Instituto do Emprego e Formação Profissional e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Lisboa.

Guião Prático para a Implementação da Rede Social (2004); Edição Instituto da Segurança Social, Lisboa.

Programa Nacional de Acção para o crescimento e o Emprego 2005-2008 Estratégia de Lisboa – Portugal de Novo (2005); Lisboa.

Plano Nacional de Emprego 2005-2008; Versão Final, Outubro de 2005.

Plano Operacional da Região Centro (2000-2006); Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro.

Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar (2004); Ministério da Educação/Ministério da Segurança Social e do Trabalho.

Plano Nacional de Saúde – Orientações Estratégicas para 2004-2010 (2004); Lisboa.

Anexos

Entidades que constituem o CLAS (Conselho Local de Acção Social) de Carregal do Sal

- Município de Carregal do Sal;
- Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Viseu;
- Freguesia de Beijós;
- Freguesia de Cabanas de Viriato;
- Freguesia de Currelos;
- Freguesia de Oliveira do Conde;
- Freguesia de Papízios;
- Freguesia de Parada;
- Freguesia de Sobral;
- Centro de Saúde de Carregal do Sal;
- Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal;
- Agrupamento de escolas “Aristides de Sousa Mendes” – Cabanas de Viriato;
- Escola Secundária / 3 de Carregal do Sal;
- Coordenação do Ensino Recorrente e Extra-Escolar de Carregal do Sal;
- Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos de Carregal do Sal/Nelas;
- Centro de Formação de Professores de Carregal do Sal;
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Integrada “Aristides de Sousa Mendes” de Cabanas de Viriato;
- Centro de Emprego de Tondela;
- Núcleo Regional de Viseu da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral – Pólo de Oliveira do Conde;
- Santa Casa da Misericórdia de Carregal do Sal;

- Cáritas Paroquial de Beijós;
- Centro Social Professora Elisa Barros Silva de Cabanas de Viriato;
- Fundação Comendador José Nunes Martins – Oliveira do Conde;
- Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Oliveira do Conde para o Concelho de Carregal do Sal;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cabanas de Viriato;
- Guarda Nacional Republicana – Posto de Carregal do Sal;
- Paróquia da Freguesia de Cabanas de Viriato;
- ADICES – Associação de Desenvolvimento Local;
- Instituto Português da Juventude – Delegação de Viseu;
- Instituto da Droga e Toxicodpendência – Delegação Regional do Centro – Unidade de Prevenção de Viseu;
- Centro Cultural de Currelos (CCC);
- Associação Cultural e Desportiva de Beijós;
- Grupo Cultural Carregalense;
- Núcleo Juvenil de Animação Cultural de Oliveirinha (NACO);
- Associação Cultural, Recreativa, Desportiva, Juvenil e Comunitária “A Quinta”;
- Grupo Folclórico D’Alegria de Vila Meã;
- Associação Recreativa e Cultural de Oliveirinha (ARCO);
- Clube Associativo de Caçadores e Pescadores do Concelho de Carregal do Sal;
- Associação Recreativa e Desportiva de Fiais da Telha;
- Programa Para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI).

Entidades que constituem o Núcleo Executivo do CLAS (Conselho Local de Acção Social) de Carregal do Sal

- Município de Carregal do Sal;
- Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Viseu;
- Centro de Saúde de Carregal do Sal;
- Centro de Formação de Professores de Carregal do Sal;
- Centro Social Professora Elisa Barros Silva de Cabanas de Viriato;
- Junta de Freguesia de Oliveira do Conde;
- Associação Cultural e Desportiva de Beijós;
- Guarda Nacional Republicana – Posto de Carregal do Sal.